

AGENDA DE AÇÕES
ESTRATÉGICAS
PARA REDUÇÃO DA
SÍFILIS
NO BRASIL
2020-2021



AGENDA DE AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA REDUÇÃO DA SÍFILIS NO BRASIL 2020-2021



Brasília - DF
2021

2021 Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do

Ministério da Saúde: bvsms.saude.gov.br.

Tiragem: 1ª edição – 2021 – versão eletrônica

Elaboração, distribuição e informações:
MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Doenças de Condições Crônicas e
Infecções Sexualmente Transmissíveis
SRTVN, Quadra 701, lote D, Edifício PO700, 5º andar
CEP: 70719-040 – Brasília/DF
Site: <https://aids.gov.br>
E-mail: cgist@aids.gov.br

Coordenação-geral:
Angélica Espinosa Barbosa Miranda – DCCI/SVS/MS
Gerson Fernando Mendes Pereira – DCCI/SVS/MS

Organização:
Adriano Santiago Dias dos Santos – CGIST/DCCI/SVS/MS
Esdras Daniel dos Santos Pereira – CGIST/DCCI/SVS/MS
Francisca Lidiane Sampaio Freitas – CGIST/DCCI/SVS/MS
Juliana Uesono – CGIST/DCCI/SVS/MS
Lutgardes Bastos Santana – CGIST/DCCI/SVS/MS
Mayra Gonçalves Aragón – CGIST/DCCI/SVS/MS
Nádia Maria da Silva Machado – CGIST/DCCI/SVS/MS
Pâmela Cristina Gaspar – CGIST/DCCI/SVS/MS
Thereza Cristina de Souza Mareco – CGIST/DCCI/SVS/MS

Colaboração:
Alicia Krüger – DCCI/SVS/MS
Alisson Bigolin – DCCI/SVS/MS
Fernanda Fernandes Fonseca – DCCI/SVS/MS
Flavia Kelli Alvarenga Pinto – DCCI/SVS/MS
Ivo Brito – DCCI/SVS/MS
Leila Suelly Araújo Barreto – DCCI/SVS/MS

Parcerias:
Associação Brasileira de Enfermagem
Câmara Brasileira de Diagnóstico Laboratorial
Centro de Referência e Tratamento de São Paulo
Conselho Federal de Enfermagem
Conselho Federal de Farmácia
Conselho Federal de Medicina
Conselho Nacional de Secretários de Saúde
Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde
Coordenação da Saúde da Criança e Aleitamento Materno – COCAM/CGCIVI/
DAPES/SAPS/MS
Coordenação da Saúde da Mulher – COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS
Coordenação da Saúde da Pessoa Idosa – COSAPI/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS
Coordenação da Saúde de Adolescentes e Jovens – CGSAJ/DAPES/SAPS/MS

Coordenação da Saúde de Adolescentes e Jovens – CGSAJ/DAPES/SAPS/MS
Coordenação da Saúde do Homem – COSAH/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS
Coordenação de Garantia de Equidade – COGE/DSEF/SAPS/MS
Coordenação-geral de Ciclos da Vida – CGCIVI/DAPES/SAPS
Coordenação-geral de Garantia dos Atributos da Atenção Primária – CGGAP/
DSEF/SAPS/MS
Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará
Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetria
Fundação Oswaldo Cruz – Amazônia
Fundo das Nações Unidas para a Infância
Organização Pan-Americana de Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde – SAES/MS
Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde – SGTES/MS
Secretaria de Saúde do Distrito Federal
Secretaria de Saúde Indígena – SESAI/MS
Secretaria de Saúde Indígena – SESAI/MS
Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro
Sociedade Brasileira de Análises Clínicas
Sociedade Brasileira de DST
Sociedade Brasileira de Infectologia
Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade
Sociedade Brasileira de Patologia Clínica
Sociedade Brasileira de Pediatria
Universidade de Brasília
Universidade de Fortaleza
Universidade de Pernambuco
Universidade Federal de Pelotas
Universidade Federal de Santa Catarina
Universidade Federal do Espírito Santo
Universidade Federal do Pará
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Universidade Federal Fluminense

Projeto gráfico/Diagramação:
Marcos Cleuton de Oliveira – DCCI/SVS/MS

Revisão ortográfica:
Angela Gasperin Martinazzo – DCCI/SVS/MS

Normalização:
Daniela Ferreira Barros da Silva – Editora MS/CGDI
Delano de Aquino Silva – Editora MS/CGDI

Ficha Catalográfica

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis.
Agenda Estratégica para Redução da Sífilis no Brasil 2020-2021 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento
de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
22 p. : il.

Modo de acesso: World Wide Web: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agenda_reducao_sifilis_2020_2021.pdf

ISBN 978-65-5993-075-3

1. Agenda estratégica. 2. Sífilis. 3. Parcerias. I. Título.

CDU 616.972

Catálogo na fonte – Coordenação-Geral de Documentação e Informação – Editora MS – OS 2021/0163

Título para indexação:
Strategic Agenda for Syphilis Reduction in Brazil 2020-2021

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Aidipi	Atenção Integral às Doenças Prevalentes na Infância
APS	Atenção Primária à Saúde
CGCIVI	Coordenação-Geral de Ciclos da Vida
CGGAP	Coordenação-Geral de Garantia dos Atributos da Atenção Primária
CGIST	Coordenação-Geral de Vigilância das Infecções Sexualmente Transmissíveis
CGSAJ	Coordenação da Saúde de Adolescentes e Jovens
CIB	Comissão Intergestores Bipartite
CIR	Comissão Intergestores Regionais
CIT	Comissão Intergestores Tripartite
COCAM	Coordenação da Saúde da Criança e Aleitamento Materno
COGE	Coordenação de Garantia de Equidade
Conasems	Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
Conass	Conselho Nacional de Secretários de Saúde
COSAH	Coordenação da Saúde do Homem
COSAPI	Coordenação da Saúde da Pessoa Idosa
Cosems	Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde
COSMU	Coordenação da Saúde da Mulher
DCCI	Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis
DF	Distrito Federal
DSEI	Distritos Sanitários Especiais Indígenas
EaD	Educação a Distância
IST	Infecção Sexualmente Transmissível
MS	Ministério da Saúde
Opas	Organização Pan-Americana de Saúde

PCDT	Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas
PSE	Programa Saúde na Escola
SAES	Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
SESAI	Secretaria de Saúde Indígena
SGTES	Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
STORCH	Sífilis, toxoplasmose, rubéola, citomegalovírus, herpes simplex
SUS	Sistema Único de Saúde
SVS	Secretaria de Vigilância em Saúde
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
AGENDA DE AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA REDUÇÃO DA SÍFILIS NO BRASIL (2020–2021)	11
EIXOS DE ATUAÇÃO, MARCOS INTERMEDIÁRIOS E ATIVIDADES	11
Eixo 1: Educomunicação	12
Eixo 2: Qualificação de Informações Estratégicas.....	15
Eixo 3: Ampliação dos Comitês de Investigação para Prevenção da Transmissão Vertical de HIV, Sífilis e Hepatites Virais	16
Eixo 4: Fortalecimento das Redes de Atenção à Saúde	17
Eixo 5: Fortalecimento da parceria do MS com outros atores.....	18
Eixo 6: Resposta Rápida à Sífilis nas Redes de Atenção à Saúde	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS	23
ANEXO – CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO DE RESPOSTA RÁPIDA À SÍFILIS.....	24

APRESENTAÇÃO

A sífilis é uma infecção sexualmente transmissível (IST) reemergente em vários países do mundo (CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION, 2017; CHOUDHRI *et al.*, 2018; SPITERI *et al.*, 2019). No Brasil, segundo dados do Boletim Epidemiológico de 2019, a sífilis adquirida, de notificação compulsória desde 2010, teve sua taxa de detecção aumentada de 34,1 casos por 100.000 habitantes, em 2015, para 75,8 casos por 100.000 habitantes, em 2018 (BRASIL, 2019).

Em 2018, destacou-se um incremento de 25,7% na taxa de detecção de sífilis em gestantes e de 5,2% na incidência de sífilis congênita em comparação ao ano de 2017. Em parte, esse aumento observado na detecção de sífilis em gestantes pode ser atribuído à mudança no critério de definição de casos para fins de vigilância, que o tornou mais sensível, enquanto o incremento menos acentuado de sífilis congênita pode ser atribuído a um novo critério mais específico (BRASIL, 2019).

Considerando esse contexto, nos últimos anos, o Ministério da Saúde (MS) tem viabilizado ações de promoção da saúde sexual e reprodutiva, prevenção, ampliação da testagem e tratamento, bem como qualificação da vigilância da sífilis no Brasil junto a estados, Distrito Federal (DF) e municípios prioritários. Nesse sentido, a presente Agenda de Ações Estratégicas para Redução da Sífilis no Brasil foi criada em resposta à crítica situação epidemiológica da sífilis. Assim, em conformidade com as lacunas preventivas e assistenciais identificadas, a primeira versão da Agenda foi publicada em 2016 e teve como objetivo reduzir a sífilis congênita, por meio de ações e atividades alinhadas com o Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do HIV e de IST (2016–2021) (PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION, 2016).

Tendo em vista o êxito da estratégia em relação à implementação dos eixos de atuação prioritários, a Agenda foi renovada por mais dois anos (2017–2019), com a incorporação do projeto de Resposta Rápida à Sífilis nas Redes de Atenção ("Sífilis Não"), especialmente na perspectiva de ampliação dos seus objetivos, como a redução da sífilis adquirida e da sífilis em gestantes, além da eliminação da sífilis congênita.

Dessa forma, cabe ressaltar a trajetória de iniciativas no âmbito federal, destacando-se a pactuação das referidas Agendas junto à Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e demais entidades parceiras, a exemplo de associações, sociedades científicas e conselhos de classe profissional.

Portanto, diante da necessidade de intensificar o esforço na atual Agenda (2020-2021), e no sentido de fortalecer as redes de atenção à saúde e o sistema de vigilância como pressupostos de uma ação coletiva, envolvendo diferentes atores sociais e instituições, foram mobilizadas novas áreas técnicas do MS, reafirmadas as parcerias das Agendas anteriores e incluídas diversas instituições de ensino e pesquisa do país.

*Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções
Sexualmente Transmissíveis
Secretaria de Vigilância em Saúde
Ministério da Saúde*

AGENDA DE AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA REDUÇÃO DA SÍFILIS NO BRASIL (2020-2021)

As ações propostas para o período de 2020 a 2021 objetivam atualizar as prioridades estabelecidas anteriormente e agregar novas atividades que estimulem o envolvimento de novos atores e da sociedade brasileira como um todo.

EIXOS DE ATUAÇÃO, MARCOS INTERMEDIÁRIOS E ATIVIDADES

Para facilitar sua implementação, esta Agenda Estratégica se estrutura em seis eixos de atuação, sendo que cada um abrange os marcos intermediários e as respectivas atividades propostas pelas áreas do MS e instituições parceiras (Figura 1). Os marcos intermediários apresentam setores técnicos de referência para seu desenvolvimento, que executam e articulam ações com as parcerias, quando necessário. Como anexo, segue a descrição da estratégia de Resposta Rápida à Sífilis nas Redes de Atenção à Saúde.

Figura 1 – Eixos de Atuação para Redução da Sífilis no Brasil



Fonte: DCCI/SVS/MS.

Eixo 1: Educomunicação

MARCO INTERMEDIÁRIO 1: Elaboração e divulgação de materiais informativos e educativos sobre prevenção, diagnóstico, tratamento e vigilância da sífilis (SVS/SAPS/SESAI/SGTES/SAES/MS – Parcerias)

1. Produzir e divulgar materiais informativos para públicos distintos de todos os ciclos de vida, como população geral, populações específicas, populações-chave, gestores(as) e profissionais de saúde, com destaque exemplificativo para temas estratégicos:
 - Pré-natal do pai/parceria e saúde do homem;
 - Prevenção da transmissão vertical da sífilis, do HIV e das hepatites virais;
 - Promoção da saúde sexual e saúde reprodutiva;
 - Informativos bilíngues para municípios de fronteira;
 - Prevenção, testagem e tratamento em atenção às especificidades das populações-chave¹;
 - Ações direcionadas para a população idosa e populações prioritárias, como indígenas, jovens², população negra e pessoas em situação de rua.
2. Executar e acompanhar projeto em parceria com rádios comunitárias e universitárias e comunicadores, para efetivação do plano de comunicação sobre a prevenção da sífilis;
3. Elaborar e divulgar informações sobre prevenção, diagnóstico e tratamento de sífilis nas páginas oficiais do MS, por meio de campanhas nacionais, com disponibilização de conteúdo para instituições parceiras e sociedade civil;
4. Produzir materiais informativos e educativos para apoio técnico de profissionais de saúde sobre diagnóstico, manejos/conduas clínicas e cuidado integral às pessoas com sífilis, em diferentes formatos, como fluxograma e aplicativos;
5. Produzir materiais educativos/informativos sobre formas de transmissão, prevenção, diagnóstico e tratamento da sífilis para pessoas privadas de liberdade e trabalhadores(as) de segurança das unidades prisionais, incluindo o sistema socioeducativo;

¹ O Brasil considera as seguintes populações-chave para IST, HIV/aids e hepatites virais: gays e outros HSH, travestis e pessoas trans, trabalhadoras(es) do sexo, pessoas que usam álcool e outras drogas e pessoas privadas de liberdade (BRASIL, 2018).

² Conforme a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude, a definição de jovens compreende a faixa etária de 15 a 29 anos.

6. Apoiar gestores estaduais e municipais para o desenvolvimento de ações de prevenção e comunicação em visibilidade ao Dia Nacional de Combate à Sífilis e à Sífilis Congênita (3º sábado de outubro);
7. Produzir e divulgar material informativo para a população geral sobre infecções congênitas associadas às STORCH (sífilis, toxoplasmose, rubéola, citomegalovírus, herpes simplex) e Zika;
8. Garantir a disponibilização dos cursos de Educação a Distância (EaD) da plataforma Telelab;
9. Revisar e publicar a atualização do Manual Técnico para Diagnóstico da Sífilis, que oferece fluxogramas para auxiliar no diagnóstico da sífilis (BRASIL, 2016);
10. Produzir curso EaD sobre o Manual Técnico para Diagnóstico da Sífilis para profissionais da assistência;
11. Produzir e disponibilizar curso EaD sobre prevenção e manejo da sífilis adquirida e da sífilis congênita na Atenção Primária à Saúde (APS) para profissionais de saúde, a saber: médicos(as), enfermeiros(as), auxiliares/técnicos(as) de enfermagem, agentes comunitários de saúde e agentes indígenas de saúde;
12. Disponibilizar, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, curso EaD sobre Atenção Integral à Saúde de Pessoas em Situação de Rua para profissionais de Consultórios na Rua (público principal) e de outros serviços afins;
13. Ampliar a divulgação e o acesso de profissionais de saúde ao Curso EaD Pai Presente: cuidado e compromisso, ao Curso EaD Atenção Integral à Saúde do Homem e às demais ações de qualificação do cuidado integral em saúde do homem;
14. Revisar, publicar e apoiar a implementação do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Prevenção da Transmissão Vertical de HIV, Sífilis e Hepatites Virais (PCDT-TV);
15. Publicar e apoiar a implementação do PCDT para Atenção Integral às Pessoas com IST (PCDT-IST), que abrange o manejo integral da sífilis (BRASIL, 2020);
16. Realizar webseminários sobre o PCDT-IST para profissionais de saúde;
17. Publicar artigos científicos sobre temas do PCDT-IST na revista do Sistema Único de Saúde do Brasil (RESS);
18. Realizar capacitação para profissionais de saúde sobre sexualidade das pessoas idosas, com foco na prevenção da sífilis e outras IST;
19. Realizar capacitação sobre o Guia do Pré-Natal do Parceiro para profissionais de saúde (inclusive das equipes de Consultório na Rua) e o Guia de Saúde do Homem para agentes comunitários de saúde e agentes indígenas de saúde, com abordagem do tema nos estados e nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI);

20. Promover e divulgar experiências bem-sucedidas de prevenção da sífilis adquirida e da sífilis congênita nos serviços da APS;
21. Promover a sistematização de ações e a divulgação de relatos de experiências, relacionados a temas como testagem, diagnóstico, tratamento e vigilância na APS;
22. Promover a adesão de profissionais de saúde a processos de educação permanente, por meio de divulgação de cursos, campanhas educativas e materiais técnicos em páginas e veículos de comunicação;
23. Mobilizar representações estaduais e municipais das entidades signatárias desta Agenda para participação em ações de informação, comunicação e educação desenvolvidas no âmbito da estratégia de resposta rápida à sífilis;
24. Articular ações para desenvolvimento de Educomunicação junto a secretarias de saúde dos estados, DF e municípios prioritários;
25. Promover articulação junto a sociedades científicas/conselhos e associações de classe a fim de ampliar ações de comunicação e mobilizar profissionais de saúde para processos de educação permanente e continuada;
26. Estruturar e apoiar o processo de implementação da exposição sobre sífilis: história, ciência e prevenção.

MARCO INTERMEDIÁRIO 2: Integração e inclusão da temática sífilis (SVS/SAPS/SESAI/SGTES/SAES/MS – Parcerias)

1. Nos principais eventos técnico-científicos nacionais, estaduais e municipais (presenciais ou a distância);
2. No acolhimento e capacitação de médicos(as) selecionados(as) em programas de incentivo governamental (ex.: programa "Médicos pelo Brasil");
3. Na formação das residências multiprofissionais e demais residências em saúde;
4. Nas ações de tele-educação dos Núcleos de Telessaúde para capacitação de profissionais de saúde;
5. Nos encontros regionais e nacionais e na capacitação de gestores(as) estaduais e municipais;
6. Nos cursos, ações educativas e encontros nacionais de equipes de saúde e gestores(as) da APS que atuam nos Consultórios na Rua;
7. Nas Oficinas Regionais de Prevenção Combinada com Jovens;
8. Nos Ambulatórios Trans;

9. Nas ações de capacitação para equipes de Consultório na Rua;
10. Nos espaços da sociedade civil para realizar ações com enfoque nas populações-chave;
11. Nas capacitações para a sociedade civil, como projetos para ampliação da oferta de ações de testagem e Prevenção Combinada;
12. Nas ações da sociedade civil apoiadas pelo DCCI/SVS/MS, pontualmente ou via editais;
13. Na oferta de cursos EaD para formação de jovens multiplicadores(as) com foco na Prevenção Combinada;
14. Na estratégia de qualificação da atenção ao recém-nascido e da criança com síndromes congênitas associadas às STORCH e Zika;
15. Nos cursos de capacitação de Atenção Integral às Doenças Prevalentes na Infância (Aidipi neonatal);
16. Nas ações com os municípios que compõem a estratégia do Guia de Qualidade de Serviços para Adolescentes na APS;
17. Nos planos de ação dos municípios habilitados na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes em Conflito com a Lei em Regime de Internação Provisória;
18. Nos planos de ação desenvolvidos pelos estados/municípios, no âmbito do Projeto "Prisões Livres de Tuberculose", que incluem ações relativas às IST;
19. Nas discussões e pautas da Agenda de Fortalecimento da Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva na APS;
20. Nas discussões e ações junto aos municípios que implantam a Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa e a linha de cuidado à saúde integral da pessoa idosa.

Eixo 2: Qualificação de Informações Estratégicas

MARCO INTERMEDIÁRIO 1: Atualização e divulgação de dados epidemiológicos de sífilis (SVS/SESAI/SAPS/MS – Parcerias-divulgação)

1. Atualizar informações do painel de indicadores e dados básicos da sífilis dos municípios brasileiros;
2. Publicar e divulgar anualmente o Boletim Epidemiológico de Sífilis;
3. Apoiar a SESAÍ na elaboração e divulgação de informações epidemiológicas de sífilis na população indígena;

4. Formular e divulgar informações epidemiológicas de sífilis na população negra;
5. Dar visibilidade aos dados e estudos epidemiológicos de sífilis adquirida entre populações-chave e outras populações em situação de vulnerabilidade, como adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

MARCO INTERMEDIÁRIO 2: Aprimoramento das informações de vigilância epidemiológica da sífilis (SVS/MS)

1. Promover a investigação/reinvestigação de casos de sífilis congênita inconsistentes ou sem encerramento os municípios prioritários;
2. Produzir e divulgar curso EaD para equipes da assistência e vigilância epidemiológica dos serviços e das secretarias municipais/estaduais de saúde.

MARCO INTERMEDIÁRIO 3: Qualificação de dados e indicadores relacionados à sífilis (SVS/SAPS/MS)

1. Monitorar o percentual de casos de sífilis congênita em relação ao total de casos de sífilis em gestantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado (meta: 10%);
2. Definir estratégias para qualificação dos dados de registro de uso dos testes rápidos;
3. Monitorar a realização do pré-natal do pai/parceiro nos municípios prioritários e nos DSEI;
4. Acompanhar o registro de procedimento das equipes referente à administração da penicilina benzatina na APS, por meio do e-SUS AB;
5. Realizar pesquisa nas unidades prisionais, com ênfase em prevenção, diagnóstico, assistência e tratamento de sífilis, HIV/aids e outras IST, hepatites virais, hanseníase e tuberculose;
6. Estabelecer estratégias para monitorar o percentual de casos de sífilis nas unidades socioeducativas.

Eixo 3: Ampliação dos Comitês de Investigação para Prevenção da Transmissão Vertical de HIV, Sífilis e Hepatites Virais

MARCO INTERMEDIÁRIO 1: Fortalecimento da investigação dos casos de transmissão vertical de HIV, sífilis e hepatites virais (SVS/SAPS/SESAI/SAES/MS – Parcerias)

1. Realizar mapeamento e diagnóstico de comitês/grupos de trabalho/câmaras técnicas que investigam a transmissão vertical de HIV, sífilis e hepatites virais;
2. Expandir a cobertura de comitês no país e qualificar as ações daqueles em funcionamento;
3. Executar agenda de qualificação e implementação da investigação da transmissão vertical, por meio de videoconferências junto a estados, DF, municípios e DSEI;
4. Incentivar a implantação das ações de investigação de transmissão vertical de HIV, sífilis e hepatites virais em Comitês de Prevenção de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal, ou de outros comitês/grupos de trabalhos/grupos condutores da Rede Cegonha (estaduais, regionais ou municipais);
5. Inserir a estratégia da investigação da transmissão vertical nas pautas de discussão do Grupo de Trabalho de Vigilância em Saúde, Comissão Intergestores Tripartite (CIT), Conass e Conasems;
6. Atualizar o Protocolo de Investigação de Transmissão Vertical de HIV, Sífilis e Hepatites Virais;
7. Produzir e divulgar Guia para Certificação da Eliminação da Transmissão Vertical da Sífilis;
8. Apoiar estratégias estaduais e municipais de certificação da eliminação da transmissão vertical da sífilis, em conjunto com a certificação da eliminação da transmissão vertical do HIV;
9. Integrar a agenda da prevenção da transmissão vertical de HIV, sífilis e hepatites virais com a da vigilância das anomalias congênitas.

Eixo 4: Fortalecimento das Redes de Atenção à Saúde

MARCO INTERMEDIÁRIO 1: Desenvolvimento de estratégias para aprimoramento da gestão e governança na rede de assistência à saúde (SVS/SAPS/SESAI/SAES/SGTES/MS – Parcerias)

1. Incluir a temática da sífilis e assuntos correlatos nas pautas de discussão da CIT;
2. Estimular estados, DF e municípios para integração de ações em resposta à sífilis nos espaços de pactuação intergestores, como Comissões Intergestores Bipartite (CIB) e Comissões Intergestores Regionais (CIR);
3. Incluir, nos planos de saúde estaduais e municipais, ações de fortalecimento das redes de atenção à saúde, educação e qualificação da vigilância de sífilis;

4. Reestruturar a oferta de ações e serviços, bem como o processo de trabalho dos Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA) para diagnóstico, tratamento e seguimento das pessoas com sífilis;
5. Apoiar e propor estratégias para articulação e integração das ações de atenção e vigilância das STORCH e Zika na rede de atenção;
6. Apoiar estados, DF e municípios prioritários na formulação de agendas de qualificação de diagnóstico, assistência, tratamento e vigilância da sífilis em todos os ciclos de vida, com especial atenção às pessoas em situação de vulnerabilidade;
7. Apoiar estratégias referentes à atenção e vigilância de anomalias congênitas, com ações desde a educação sexual e planejamento reprodutivo até o momento do nascimento e avaliação do crescimento e desenvolvimento;
8. Reforçar articulações junto ao grupo condutor da Rede Cegonha para qualificar a linha de cuidado da criança exposta ou com sífilis congênita.

Eixo 5: Fortalecimento da parceria do MS com outros atores

MARCO INTERMEDIÁRIO 1: Articulação para ampliação da prevenção, testagem, diagnóstico, tratamento, notificação e investigação dos casos de sífilis (SVS/SAPS/SESAI/SAES/SGTES/MS – Parcerias)

1. Estabelecer interlocução com estados, DF e municípios para implementação e acompanhamento desta Agenda;
2. Firmar parcerias com as sociedades relacionadas a diagnóstico laboratorial *in vitro* para aprimoramento do diagnóstico e notificação dos casos de sífilis pelos laboratórios;
3. Articular, junto à sociedade civil de representação nacional das redes de mulheres (cis e trans) trabalhadoras do sexo, medidas para estruturar e ampliar ações de prevenção, diagnóstico e tratamento de sífilis e outras IST;
4. Promover ações de prevenção, diagnóstico, tratamento e seguimento dos casos de sífilis, com foco nas trabalhadoras do sexo, em parceria com suas organizações, nos 19 municípios prioritários;
5. Incluir a população idosa nas ações de prevenção, inclusive no incentivo ao uso de preservativo, testagem, tratamento, notificação e investigação dos casos de sífilis;
6. Incentivar ações de prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos casos de sífilis, com foco na população em situação de rua e demais populações-chave e prioritárias;

7. Incluir ações e indicadores de sífilis em agendas e cooperações internacionais desenvolvidas junto aos países da região das Américas;
8. Estabelecer interlocução com estados, DF e municípios para qualificação da execução, interpretação e leitura dos resultados de testagem rápida.

MARCO INTERMEDIÁRIO 2: Parcerias com instituições de ensino, pesquisa e extensão

1. Divulgar webseminários sobre o PCDT-IST nos cursos de Enfermagem, Medicina, Farmácia e Saúde Coletiva;
2. Promover pesquisas científicas no contexto das necessidades em saúde da população e do Sistema Único de Saúde (SUS);
3. Estabelecer agenda com universidades para interlocução junto a representações estudantis;
4. Incluir a temática sífilis, HIV/aids e outras IST na rede de escolas técnicas do SUS, bem como nas ações de qualificação e incentivo federal para integração ensino-serviço-comunidade;
5. Articular ações na temática direitos sexuais/reprodutivos e prevenção de sífilis, HIV/aids e outras IST, no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE).

MARCO INTERMEDIÁRIO 3: Articulação intra e intersetorial

1. Articular com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e o Ministério da Educação medidas para inclusão da temática sífilis nos cursos³ de graduação e pós-graduação e atualização do conteúdo pragmático à luz dos conhecimentos científicos;
2. Incluir informações sobre cuidado integral, como importância da adesão à consulta pré-natal, testagem, diagnóstico, tratamento e seguimento dos casos de sífilis nos programas sociais federais.

³ Sugestão exemplificativa de cursos: Enfermagem, Medicina, Farmácia, Saúde Coletiva, Biomedicina, Biologia e Odontologia.

Eixo 6: Resposta Rápida à Sífilis nas Redes de Atenção à Saúde

(SVS/SAPS/SESAI/SAES/SGTES/MS – Parcerias)

MARCO INTERMEDIÁRIO 1: Vigilância

1. Fortalecer os sistemas de informações estratégicas para vigilância em saúde no território;
2. Qualificar informações epidemiológicas, notificação e investigação dos casos de sífilis adquirida, sífilis em gestantes e sífilis congênita, bem como considerar a vigilância e o seguimento da criança exposta à sífilis.

MARCO INTERMEDIÁRIO 2: Gestão e governança

1. Fortalecer a integração e interdependência dos gestores(as) estaduais e municipais participantes do projeto com as instâncias de homologação e deliberação em seu território;
2. Promover ações intersetoriais no território;
3. Fomentar a gestão e a governança colaborativa para operacionalização da resposta rápida à sífilis;
4. Implementar estratégia nacional de Salas de Situação voltadas para a tomada de decisão e o fortalecimento da gestão e da prática profissional, incluindo a geração de conhecimento no campo de resposta rápida à sífilis.

MARCO INTERMEDIÁRIO 3: Cuidado integral

1. Operacionalizar a linha de cuidado da sífilis adquirida, da sífilis em gestante e da criança exposta e com sífilis congênita em seus diferentes níveis de complexidade nas redes de atenção, incluindo os pontos de prevenção e de intervenção direcionados a populações-chave;
2. Aumentar a cobertura de diagnóstico da sífilis por meio da descentralização da prática de testagem rápida de sífilis nos serviços de saúde e em espaços comunitários;
3. Ampliar cobertura e acesso ao tratamento de sífilis nos serviços de saúde, com ênfase na APS;
4. Promover testagem e tratamento de parcerias sexuais das pessoas diagnosticadas com sífilis;
5. Otimizar oportunidades geradas por outras agendas/demandas ofertadas pela APS.

MARCO INTERMEDIÁRIO 4: Educomunicação

1. Utilizar mediação tecnológica com foco na educação e comunicação para disseminação de informações voltadas a profissionais, gestores e população geral;
2. Implementar módulos e ferramentas educacionais para qualificação da vigilância, gestão e cuidado integral às pessoas com sífilis, com destaque para a sífilis congênita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Convém destacar que a previsão de acompanhamento desta Agenda será realizada pelo menos uma vez em cada ano de execução (2020–2021), com elaboração de relatório de ações do MS e reunião ampliada com parcerias externas para devolutiva sobre o desenvolvimento de atividades afins. Cabe ainda ressaltar que a implementação conjunta é passível de alterações.

Diante do exposto, mantém-se prioritária, oportuna e necessária a colaboração de todas as parcerias descritas no presente documento, estabelecendo-se novamente o compromisso coletivo na perspectiva de alinhar ações efetivas para a redução da sífilis no país como uma das prioridades do DCCI/SVS/MS.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. **Manual técnico para diagnóstico da Sífilis**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. **Agenda Estratégica para Ampliação do Acesso e Cuidado Integral das Populações-Chave em HIV, Hepatites Virais e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Sexually Transmitted Disease Surveillance**. Atlanta: CDC, Department of Health and Human Services, 2017.

CHOUDHRI, Y. *et al.* Infectious and congenital syphilis in Canada, 2010–2015. **Canada Communicable Disease Report**, [s. l.], v. 44, n. 2, p. 43–48, 2018.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. **Plan of Action for the Prevention and Control of HIV and Sexually Transmitted Infections (2016–2021)**. Washington, DC: PAHO, 2016. 55th Directing Council, 68th Session of the Regional Committee of WHO for the Americas, Resolution CD44.15. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/31411>. Acesso em: 3 mar. 2020.

SÍFILIS 2019. **Boletim Epidemiológico**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, v. 5, n. 1, out. 2019. Número especial.

SPITERI, G., O. *et al.* The resurgence of syphilis in high-income countries in the 2000s: a focus on Europe. **Epidemiology and Infection**, [s. l.], v. 147, p. e143, Jan. 2019.

ANEXO

CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO DE RESPOSTA RÁPIDA À SÍFILIS

Um dos componentes da Agenda de Ações Estratégicas para Redução da Sífilis no Brasil é o Projeto de Resposta Rápida à Sífilis, denominado "Sífilis Não", que teve início em 2017. Tal projeto é de responsabilidade colegiada do MS, por meio da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) da Opas, do Conass, do Conasems e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Na proposta, foram incluídos cem municípios prioritários, que respondiam por aproximadamente 65% dos casos de sífilis do país. O objetivo geral visa reduzir a sífilis adquirida e a sífilis em gestantes, além de eliminar a sífilis congênita no Brasil.

Nesse contexto, propõe-se viabilizar a referida estratégia a partir do fortalecimento da vigilância epidemiológica, da constituição de resposta integrada entre áreas técnicas de vigilância e atenção à saúde, da ampliação de ações em cuidado integral, e da consolidação de relação interfederativa e colaborativa entre gestões, bem como da articulação com setores sociais e comunidades.

Entre outras ações do projeto, consta a aquisição de penicilina benzatina; a produção de conhecimento em pesquisa; as ações de educação para reforçar a prevenção e o controle da sífilis; a produção de material informativo e comunicativo em mídias diversas; e a implementação de Rede de Apoio Institucional em Resposta Rápida à Sífilis.

O apoio institucional enfatiza a capilarização de ações territoriais, que contam atualmente com 54 apoiadores(as) nas cinco macrorregiões do país, sob a supervisão do DCCI/SVS/MS. Nesse âmbito, entre as ações desenvolvidas junto às instâncias locais, exemplificam-se as seguintes:

- Ampliação de Comitês de Investigação para Prevenção da Transmissão Vertical de HIV e sífilis;
- Apoio à definição/sistematização/programação de atividades municipais/estaduais de controle da sífilis, bem como às ações em execução e/ou programadas nos Planos Municipais/Programações de Saúde, nos Relatórios de Gestão e nos DSEI;
- Fortalecimento da articulação com as instâncias de gestão, Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems) locais, diferentes áreas técnicas e pontos de atenção para implementação das linhas de cuidado;

- Fomento e apoio à produção de informação e comunicação na temática sífilis;
- Ampliação das ações de educação permanente sobre manejo integral da sífilis, incluindo promoção da saúde sexual e reprodutiva e prevenção, testagem, diagnóstico, tratamento e notificação/investigação dos casos;
- Qualificação da gestão de insumos para controle da sífilis (preservativos, gel lubrificante, testes rápidos, exames laboratoriais, doxiciclina, penicilina benzatina e cristalina);
- Ampliação da cobertura de testagem rápida e da disponibilidade de penicilina benzatina em unidades da APS;
- Interlocação/mobilização da sociedade civil e espaços de controle social, como Conselhos de Saúde, para adesão às ações de resposta rápida à sífilis.

Assim, tal projeto auxilia gestores estaduais/municipais no diagnóstico da situação de saúde, identificação dos problemas e articulação com atores estratégicos para superação do cenário atual da sífilis.

Conte-nos o que pensa sobre esta publicação. [Clique aqui](#) e responda a pesquisa.

**DISQUE
SAÚDE 136**

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
bvsm.s.saude.gov.br



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

Governo
Federal